



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

27º REUNIÃO ORDINÁRIA

14 DE OUTUBRO DE 2014

MENSAGENS

01- PROJETO DE LEI 396/2014 – Mensagem nº 78/2014

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Primeiro de Maio.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

02- PROJETO DE LEI 413/2014 – Mensagem nº 84/2014

Autor: Poder Executivo

Estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e revoga dispositivos da Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 15.354/2006. Súmula: Dispõe que créditos tributários e não tributários de valores que especifica, inscritos em Dívida Ativa após 1º/09/2006, não estão sujeitos ao processo de execução fiscal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~**Art. 1º.** Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa após 1º de setembro de 2006, cujo valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:~~

Art. 1º. Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

(Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012)

Art. 1º-A. Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR:

(Incluído pela Lei 17082 de 09/02/2012)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

~~I - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS;~~

~~I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS;~~ [Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012](#)

~~II - 05 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;~~

~~II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;~~ [Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012](#)

~~III - 05 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;~~

§ 1º. Não se aplicam os limites acima estabelecidos quando a soma das dívidas, tributária e não tributária de um mesmo devedor ultrapasse o limite fixado, situação em que poderão ser reunidas de acordo com a natureza de cada crédito, para cobrança na mesma execução fiscal.

§ 2º. Submetem-se às disposições desta Lei os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito ocorrido anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal.

§ 3º. Os saldos de créditos tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos no curso da ação de execução fiscal, serão cobrados mediante o prosseguimento normal da ação, até sua quitação integral.

Art. 2º. Compete ao setor de Dívida Ativa da Secretaria de Estado da Fazenda a verificação da adequação dos fatos às disposições do art. 1º e §§.

Parágrafo único Os créditos de que trata esta Lei, serão inscritos em Dívida Ativa, sem emissão de certidão, e assim permanecerão, com a devida atualização, até que seja possível a aplicação da regra do § 1º, ou, não sendo, até que se cumpra um período de cinco anos de sua inscrição, quando poderão ser baixados.

Art. 3º. O disposto nesta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância pagas ou compensadas.

Art. 4º. Na hipótese de extinção da UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) será adotado o índice que o substituir, ou o índice que vier a ser adotado pelo Estado do Paraná para correções de seus créditos.

~~**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.~~

Art. 5º. Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR. [Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012](#)

03- PROJETO DE LEI 414/2014 – Mensagem nº 87/2014

Autor: Poder Executivo

Autoriza a Copel geração e transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a efetuar venda de imóvel ao Estado do Paraná, afeto à Secretaria de Estado da Educação - SEED.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

04- PROJETO DE LEI 334/2014 – Mensagem nº 71/2014

Autor: Poder Executivo

Revoga a lei nº 17.863, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao município de Iporã.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 17.863/2013. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Iporã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Iporã, do imóvel sob Transcrição nº 4.009 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã, constituído pelas Datas nºs 09 e 10 da Quadra nº 45, com área de 1.350,00 m², na sede do Município.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será destinado exclusivamente à estruturação física dos órgãos municipais.

Art. 3º. O Município deverá proceder à devida regularização cartorial, no prazo máximo de um ano, retornando o bem ao patrimônio do Estado em caso de descumprimento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

05- PROJETO DE LEI 327/2014

Autor: Professor Lemos

Institui a Política Estadual de Juventude no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

06- PROJETO DE LEI 301/2014

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre criação de Ecopontos para coleta de materiais inservíveis em cidades polos do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

07- PROJETO DE LEI 87/2014

Autor: Wilson Quinteiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, nos estabelecimentos que especifica, do "ranking" dos fornecedores mais reclamados na Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

08- PROJETO DE LEI 151/2014

Autor: Ney Leprevost

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. MARLUS DÓRIA.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

09- PROJETO DE LEI 90/2014

Autor: Marla Tureck

Proíbe a compra, a venda, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas nas festas realizadas pelas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e ensino médio do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

10- PROJETO DE LEI 119/2014

Autor: Evandro Júnior

Institui a semana estadual de educação preventiva e enfrentamento à endometriose e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

11- PROJETO DE LEI 349/2014

Autor: Luiz Claudio Romanelli

Dispõe sobre a criação do "Livro de Reclamações" em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

12- PROJETO DE LEI 390/2014

Autor: Tercílio Turini

Dispõe sobre a inclusão da dosagem de vitamina d, no rol exames de rotina solicitados nas unidades de saúde do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

13- PROJETO DE LEI 357/2014

Autor: Professor Lemos

Altera a lei nº 9.917/1992, conforme especifica.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**

LEI N. 9.917/1992. Súmula: Dispõe sobre a política agrícola estadual.

Art. 4º. A política agrícola, os programas e os planos contemplarão, com tratamento diferenciado e prioritário aos pequenos produtores, na forma do parágrafo primeiro do [artigo 154 da Constituição Estadual](#), cabendo ao Estado promover as ações necessárias para sua efetiva participação nos processos de produção, transporte, armazenagem, comercialização e industrialização, assegurando justiça na distribuição da renda do setor agrícola. [\(vide Lei 11368 de 03/05/1996\)](#)

Art. 10. A política agrícola será formulada pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, com a efetiva participação e assessoramento do Conselho Estadual, consonante com as aptidões econômicas e sociais e dos recursos naturais das diferentes regiões do Estado, em sintonia com a atividade privada na identificação das necessidades nas propostas de solução e na execução dos planos e programas.

14- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04/2014

Autor: Rasca Rodrigues

Altera o Art. 4º, da Lei Complementar nº 170, de 31 de Março de 2014, que alterou parcialmente a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

LEI COMPLEMENTAR N. 59/1991. Súmula: *Dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.*
[\(Redação dada pela Lei Complementar 170 de 31/03/2014\)](#)

Art. 4º. *A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira:*
[\(Redação dada pela Lei Complementar 170 de 31/03/2014\)](#)

15- PROJETO DE LEI 217/2014

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento, por parte das instituições de ensino superior, de cerimônia gratuita de colação de grau, aos alunos devidamente qualificados para tanto.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

16- PROJETO DE LEI 52/2014

Autor: Wilson Quinteiro

Dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA

17- PROJETO DE LEI 406/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Alteração da Lei nº 7.315, de 26 de maio de 1980, de concessão de título de utilidade pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.315/1980. Súmula: Declara de Utilidade Pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

18- PROJETO DE LEI 407/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Revogação da Lei nº 18.192, de 27 de Agosto de 2014, que concedeu Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 18.192/2014. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Social Tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de Curitiba.

19- PROJETO DE LEI 408/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Anibelli Neto, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Alteração da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976 (que concedeu título de utilidade pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 6.797/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.

20- PROJETO DE LEI 409/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Anibelli Neto, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Alteração da Lei nº 10.584, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de título de utilidade pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.584/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Maria Imaculada, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Paraná.

21- PROJETO DE LEI 410/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Anibelli Neto, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Alteração da Lei nº 12.233, de concessão de título de utilidade pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.233/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

22- PROJETO DE LEI 411/2014

Autor: Dep. Tadeu Veneri, Dep. Anibelli Neto, Dep. Pedro Lupion, Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Alteração da Lei nº 4.973, de concessão de título de utilidade pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 4.973/1964. Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPO MOURÃO.